

Contradições do romantismo brasileiro: Santa Rita Durão, Gonçalves de Magalhães e o problema da conquista

Rafael Mantovani¹

Resumo

Pretende-se examinar a relação contraditória entre algumas obras do romantismo brasileiro. Com a independência do Brasil, Ferdinand Denis e Almeida Garrett se arrogaram a tarefa de determinar as características do que seria uma literatura romântica efetivamente nacional. O indianismo e a valorização da natureza eram dois elementos imprescindíveis que ambos encontraram nas obras *O Uruguai*, de José Basílio da Gama, e *O Caramuru*, de José de Santa Rita Durão, publicadas no século XVIII. Em meados do século XIX, Gonçalves de Magalhães decidiu escrever a obra épica efetivamente brasileira para homenagear o Segundo Reinado. Contudo, ao escolher o evento histórico em que poderia cantar a glória dos indígenas (*A Confederação dos Tamoios*) e dar vazão ao antilusitanismo da época, acabou expondo o problema da conquista, o que vai de encontro à narrativa da soberania, colocando no grito do exterminado a legitimidade do exterminador.

Palavras-chave: Indianismo. Conquista. Soberania. Confederação dos Tamoios. Caramuru.

1 Professor adjunto do Departamento de Sociologia e Ciência Política e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: rafael.mantovani@ufsc.br; ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4940-8328>



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Introdução²

Homens de letras ajudaram Estados a construir suas narrativas nacionais. A literatura foi uma ferramenta importante para a consolidação de nacionalismos ao redor do globo no século XIX (ANDERSON, 2008). A primeira fase do romantismo narrou épicos que consolidaram simbologias e uniram coletividades imaginadas em torno de ideais que justificariam simbolicamente o poder político de determinadas minorias organizadas, ou seja, das elites.

No Brasil, a primeira geração romântica apresentou um formato passadista, adotando uma feição árcade, seja pela poesia de Gonçalves de Magalhães (1811-1882), seja pelo trabalho da revista impressa pelos estudantes de direito do Largo São Francisco, *A sociedade filomática* (CANDIDO, 1969). Contudo, diferentemente do restante da América Latina, o romantismo brasileiro elevou a imagem do indígena como elemento peculiar que imprimia ao país a distinção dentro do quadro das nações que se organizavam como corpo político no século XIX, seja no Novo Mundo, seja na Europa. Os idealizadores desse romantismo peculiar brasileiro foram Ferdinand Denis (1798-1890), um francês em território brasileiro, e João de Almeida Garrett (1799-1854), um português na Europa. Ambos sugeriram o indianismo e a paisagem tropical como elementos a serem elaborados e posicionados estrategicamente como enobrecedores da nação recém-criada. O elemento antilusitano seria também importante naquele momento, uma vez que a independência de 1822 requeria o distanciamento da metrópole.

Tanto Denis quanto Garrett encontraram dois precursores desse tipo de literatura: o Frei José de Santa Rita Durão (1722-1784) e José Basílio da Gama (1744-1795). Ambos haviam abordado os temas do indígena e da natureza brasileira, respectivamente, em *O Caramuru*, de 1781, e em *O Uruguai*, de 1769. Entretanto, nenhum dos autores teve a pretensão de formular qualquer ideia de brasilidade ou de nativismo tropical. Afinal, no século XVIII, a independência do Brasil não pareceria uma realidade

2 Agradeço a Nicolás Gonçalves, Bruno Regasson, Dora Hoff, Víctor Bortolanza e Luciano Almeida pelas importantes observações e contribuições.

próxima; além disso, havia o fato de que eles estavam com os olhos voltados para a política portuguesa. Os indígenas são o tema principal de ambos os textos, contudo, o tratamento e os propósitos são outros. Visando às benesses da metrópole, tanto Santa Rita Durão quanto Basílio da Gama escreveram, cada um à sua maneira, acerca do governo português que estava no poder no momento da sua redação.

Basílio da Gama, brasileiro natural de São José d'El Rei, território brasileiro, estudou em colégio jesuíta no Rio de Janeiro. Com a chegada do Marques de Pombal ao poder, em 1750, como secretário de D. José I, iniciou-se o processo de laicização da administração portuguesa e a consequente expulsão dos jesuítas de todo o império luso. Para evitar maiores problemas por ser jesuíta, Basílio da Gama escreveu *O Uruguai* para o irmão do Marquês de Pombal: poema épico em que exalta as qualidades dos povos guarani nos conflitos entres tropas portuguesas, de um lado, e jesuítas e guarani, do outro, no interior sul do território que viria a ser o Brasil, cujo maior símbolo de resistência seria Sepé Tiaraju (1723-1756). Nesse poema, os jesuítas são o problema do conflito e a política pombalina é elogiada. Basílio da Gama se tornaria, assim, secretário do irmão do Marquês de Pombal.

José de Santa Rita Durão, natural de Cata Preta (território também brasileiro), igualmente estudou em colégio jesuíta e se mudou ainda jovem para a Europa. Assim como Basílio da Gama, Durão foi perseguido pelo governo administrado por Pombal, do qual fugiu. Contudo, em 1777, com a *Viradeira* (ou a “restauração passadista”, quando D. Maria I foi nomeada ao final da administração pombalina e a tradição religiosa voltou aos assuntos políticos), Durão decidiu escrever o seu épico *O Caramuru*, que seria uma maneira de tentar agradar esse novo governo: era uma obra religiosa, em que a Europa cristã redimia o gentio pecaminoso no Novo Mundo. Durão não teve a mesma sorte que Basílio da Gama: morreu poucos anos depois da publicação do seu épico.

Ainda que para fins totalmente distintos do que a criação de uma literatura brasileira (tratava-se de tentar agradar o governo português de cada época), ambas as obras foram apontadas como precursoras do romantismo

brasileiro; se não pela finalidade, seguramente pelas descrições, pelos temas e pelas inspirações.

Para Denis, *O Uruguai* não se destaca pela originalidade; a grande obra precursora seria *O Caramuru*, cujo autor também ganhou um capítulo apenas para ele no monumental *Formação da literatura nacional: momentos decisivos*, de Antonio Candido. Portanto, deveria ser essa a grande obra a ser levada em consideração pela literatura brasileira nacionalista do século XIX: o seu tema principal era o indígena, era abundante nas descrições e nos detalhes da natureza, apresentava riqueza poética e tratava-se de uma obra cristã. Contudo, também era uma descrição que se horrorizava com os costumes indígenas, com julgamentos bastante aviltantes – julgamentos que eram necessários, aliás, para justificar a intervenção civilizatória dos portugueses. Portanto, havia dois grandes problemas no poema de Santa Rita Durão: as qualificações desonrosas aos indígenas e o fato de que os heróis eram os portugueses, ou seja, os ex-colonizadores dos quais a nação recém-criada precisaria se afastar.

Gonçalves de Magalhães esteve envolvido nos momentos mais cruciais da literatura brasileira do século XIX. É autor dos dois documentos considerados inaugurais do romantismo brasileiro: é um dos colaboradores da revista *Nitheroy*, de 1836, e também escreveu *Suspiros poéticos e saudade*. Foi um dos “intelectuais orgânicos” (PUTONI, 1996, p. 123) mais importantes do Segundo Reinado. Também parece ter posto os temas e os motivos de *O Caramuru* de “cabeça para baixo” ao escolher outro momento histórico da região para escrever a respeito: *A Confederação dos Tamoios*. Existe, então, uma guerra com a participação de indígenas; portanto, eles podem ser elaborados como bravos e guerreiros e, ao mesmo tempo, mártires, afinal, foram dizimados. Por outro lado, seus maiores inimigos são exatamente os portugueses. Gonçalves de Magalhães tentou fazer o que fizeram tanto Basílio da Gama quanto Santa Rita Durão: um poema épico que atendesse às necessidades e exigências políticas do Estado que pretendia exaltar; no seu caso, o Segundo Reinado. Os indígenas são heroicos, bravos, mártires, e o inimigo da trama atendia também ao sentimento antilusitano da época.

Contudo, Magalhães exagera bastante no agrado ao seu mecenas – o seu livro contou com o apoio direto do Estado, pois D. Pedro II, o rei ilustrado dos trópicos, apostava a legitimidade brasileira nas artes e nas ciências – e recebeu críticas contundentes de José de Alencar (1829-1877), sob o pseudônimo *Ig*. A defesa veio do próprio imperador (SCHWARCZ, 1998, p. 134).

Magalhães pinta as suas personagens indígenas com uma tinta nacionalista artificial, desconexa e anacrônica, além de colocar na boca de uma delas, em pleno século XVI, a previsão do monarca “perfeito”, D. Pedro II, que assumiria o trono em 1840, três séculos depois. Ainda assim, o erro talvez não esteja no exagero (presente em obras épicas) ou na demasiada reverência ao soberano (também presente nas obras da época), o equívoco – que resulta em inconsistência argumentativa e artística – talvez resida na evidenciação de algo que a narrativa da soberania pretende eliminar: a *conquista* portuguesa sobre povos originários; afinal, o tamoio é a “vítima ilustre” (MAGALHÃES, 1994, p. 208) de Mem de Sá.

Para o discurso mais eficiente da soberania, convém abafar as revisitações históricas em que a luta política irrompe e termina como conquista. “O discurso histórico de tipo romano pacifica a sociedade, justifica o poder, fundamenta a ordem [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 85), é uma espécie de cerimônia em homenagem ao poder constituído e se apresenta pelo seu compromisso com a lei e a pretensa justiça das disposições sociais tal como se apresentam. Ao contrário desse tipo de discurso histórico, existe outro, “[...] que se manifesta no final do século XVI e que se pode dizer um discurso histórico de tipo bíblico, [que] dilacera a sociedade e só fala de direito justo para declarar guerra às leis” (FOUCAULT, 1999, p. 85), uma vez que seria uma contra-história que demonstra as submissões e as degradações impostas pelo poder e, portanto, não legitima a soberania colocada, pois ela está pautada não no acordo, mas na conquista. A conquista, em princípio, não apresenta respaldo jurídico para a dominação.

Ou seja: a soberania é a dominação aceita pelos súditos, uma história que deve ser entendida como contratual; já a conquista é a imposição do poder, uma história de luta em que não houve contrato e cuja legitimidade da autoridade é questionada. Portanto, a reconstituição histórica

de batalhas, conquistas e pilhagens vai de encontro à constituição da soberania (FOUCAULT, 1999, p. 113-114). A contradição do poema de Magalhães é que a celebração da soberania de D. Pedro II vem da boca de um indígena e a torção lógica se evidencia de uma maneira que a anula.

I. José de Santa Rita Durão e o seu elogio ao Portugal da Viradeira

De alguma maneira, o frei José de Santa Rita Durão parece ter – consciente ou inconscientemente, pouco importa – traduzido no seu épico algumas facetas importantes da tarefa que os literatos brasileiros da época estavam se colocando: documentos mostram que, já no século XVIII, havia tentativas de estabelecer, de forma mais consistente, alguma literatura nacional. Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1991, p. 80-83), em 1724, o padre Gonçalo Soares (um associado da academia dos *Esquecidos* e discípulo de Gregório de Matos) havia lido um poema chamado *Brasília* ou *A Descoberta do Brasil*, de cujas páginas não há mais notícias. Segundo Antonio Candido (1980, p. 173), Sebastião da Rocha, também dos *Esquecidos*, escreveu uma história barroca sobre a natureza local que foi publicada em Lisboa, em 1730, com o título de *História da América portuguesa*. Em 1759, foi o padre Domingos da Silva Teles, da academia dos *Renascidos*, o inspirado pela necessidade de criação de uma epopeia nacional e que, por isso, propôs o seu projeto diante da sua academia. Esse projeto, intitulado *Fábrica do Poema Brasileida*, mostra Cabral como um Eneias ou como um Ulisses (HOLANDA, 1991). Ou seja, estava crescendo um *corpus* de escritos com esses temas e, também, com as descrições que serviriam aos demais autores. Ainda que Durão não se importasse com a política colonial do ponto de vista brasileiro, acabou sendo um receptáculo das tendências literárias da América portuguesa.

Antonio Candido (1969) vê o *Caramuru* como um dos anacronismos do século XVIII, cujas tentativas épicas de construção literária já davam lugar ao romantismo e ao lirismo. Contudo, também se percebe na obra de Durão um *passadismo* ou, talvez, um tradicionalismo, não só no que diz respeito às ideias da contrarreforma mas também às estruturas clássicas, o que o insere, de pleno direito, “na linhagem conservadora que em

Portugal resistiu à maré iluminista” (BOSI, 1994, p. 69). Durão apresenta uma linha camoneana e, segundo Francisco Varnhagen (1816-1878), o seu grande intento teria sido fazer uma “brasíliada” (CANDIDO, 1969); entretanto, isso apenas seria verdadeiro se a tal brasíliada fosse o elogio a uma província portuguesa.

A história da vida de Durão possui uma grande quantidade de intrigas: com relação às ordens da Igreja, rompeu com os jesuítas quando, no dia 9 de fevereiro de 1759, criticou a Companhia de Jesus pelo atentado contra D. José. A seguir, afastou-se do prelado leiriense e arrependeu-se da sua atitude com os jesuítas. Durão também teve problemas para chegar a Roma em 1762, devido a uma ordem de regressar à Espanha. Em 1763, sentia-se perseguido pelo Primeiro Ministro português, atravessou a Catalunha a pé e, quando chegou a Mompilher, foi detido. Foi submetido a um grande interrogatório no Parlamento de Toulouse, conforme dados bibliográficos obtidos de Cidade (1961).

Em 1763, Durão chegou à Itália e sua vida se tornou, enfim, um tanto mais estável. A partir de 1764, permaneceu nove anos como bibliotecário da Biblioteca e Livraria Pública de Lancisiana. Em 1771, o escritor voltou para Portugal e ganhou uma cátedra de Teologia na Faculdade de Coimbra. Em 1781, *Caramuru* foi publicado e, no dia 24 de janeiro de 1784, Santa Rita Durão faleceu.

Na posteridade, ele foi enquadrado na escola mineira da qual ele é o autor mais isolado. Isso, em grande medida, é devido ao fato de ele ter permanecido longos anos de sua vida na Europa. Talvez por esse mesmo motivo, a obra de Durão apresenta algumas características que eram mais importantes para a Europa católica, por exemplo, a censura aos hábitos antropófagos e outros que geravam a “perdição”. O poeta português escrevia, de certa forma, como contraponto a essas práticas, que, obviamente sob a ótica de um clérigo, deveriam ser combatidas. Práticas estas que pareciam efervescer em solo brasileiro também no meio daqueles que vinham do Velho Mundo.

Mas havia a contradição ao interpretar Durão como o precursor da literatura nacional, já que ele nunca se preocupou com a emancipação brasileira – aliás, isso nem estava no seu horizonte de imaginação. Entretanto,

o próprio Denis, em *Resumo da história do Brasil* (1978, p. 36), afirmava que “a América deve ser livre tanto na sua poesia como no seu governo”. Se havia qualquer elemento nativista no Brasil do século XVIII, ele estaria necessariamente ligado à crítica à metrópole, ou seja, perceberia a nocividade da relação entre Brasil e Portugal. Evidentemente, Durão não apontou a crise do sistema colonial – ele escrevia para obter benesses do reino. Contudo, há sim bastante descrição dos costumes e da natureza nativos em *Caramuru*, mas submetidos ao elogio à ação civilizatória de Portugal, entendida como benfazeja, sobre os povos originários. Ao contrário da crítica ao modelo colonial, haveria o casamento, a aliança entre a América e a Europa, o Brasil e Portugal, o indígena e o civilizado, o gentio e aquele que trazia a “verdadeira religião”.

O poema tratava-se de uma espécie de hino à façanha civilizatória e cristianizadora portuguesa, que pedia auxílio ao Senhor para fazer de Portugal uma ferramenta de propagação da fé:

Dai, portanto, Senhor, potente impulso,
Com que possa entoar sonoro o metro,
Da brasílica gente o invicto pulso,
Que aumenta tanto império ao vosso cetro:
E enquanto o povo do Brasil convulso
Em nova lira canto, em pleno plectro,
Fazei que fidelíssimo se veja
O vosso trono em propagar-se a igreja. (DURÃO, 2003, p. 19).

Na página anterior, o autor explica a necessidade da intervenção europeia:

Devora-se a infeliz, mísera gente,
E sempre reduzida a menos terra,
Virá toda a extinguir-se infelizmente,
Sendo em campo menor, maior a guerra.
Olhai, Senhor, com reflexão clemente
Para tantos mortais que a brenha encerra,
E que livrando desse abismo fundo,
Vireis a ser monarca de outro mundo. (DURÃO, 2003, p. 18).

E quem foi o Caramuru? Na história do Brasil, trata-se de Diogo Álvares (1475-1557), cuja embarcação, ao caminho do Brasil, sofreu um naufrágio; porém, os sobreviventes ainda chegaram ao solo brasileiro, mais exatamente na Bahia. No poema, os portugueses começam a correr o risco de serem devorados pelos indígenas, mas não o são. A antropofagia seria o costume “horrendo” principal que justificaria a intervenção portuguesa.

Apesar de ser considerado um deus, Diogo continua a afirmar que é um servo do Deus verdadeiro, o qual também deve ser o objeto de adoração dos nativos. Candido (1969) chama a atenção para o caráter transcendente que havia nas obras épicas anteriores, nas quais o herói tinha ligações com os deuses e mitos. Logo, a partir dessa obra, passa-se a enxergar as atitudes do herói apenas como excepcionais; assim, o herói perde a amplitude que o fazia sobrepujar os outros homens para adquirir diversidade e enquadrar-se no cotidiano.

A catequização dos indígenas tem um papel central na trama do autor. Para ilustrá-la, Paraguaçu aparece na história. Ao contrário dos outros indígenas, ela tem a pele “alva”, é diferente da “gente tão nojosa”. Torna-se clara, nas descrições seguintes, devido à intenção de Diogo de se casar com ela. Paraguaçu, então, corresponde ao desejo de Diogo e, mais do que isso, mostra-se disposta a assimilar (o que pode ser verificado posteriormente) a cultura do português e a catequização: “Quero o batismo teu, quero a tua Igreja;/ Meu povo seja o teu, teu Deus meu seja” (DURÃO, 2003, p. 67).

Também há uma descrição bastante minuciosa das cabanas, que é apoiada por textos do Padre Martinière, de Osório, Simão de Vasconcelos e Rocha Pitta. Junto com as descrições das cabanas, citam-se os costumes que as circundavam. Essa grande preocupação etnográfica e a fidelidade histórica dão ao texto uma ideia de novela com base em fatos, assimilados pelo autor através de outros textos de autores locais, visto que Durão não estava no Brasil à época da redação de *Caramuru*. Mesmo assim, foi precursor ao penetrar na vida e na realidade indígenas de forma analítica e descritiva, em oposição ao “devaneio lírico de Basílio da Gama” (CANDIDO, 1981, p. 18).

Segundo Candido (1969), as obras desse período começam a perder a “turba canora e belicosa” para assumir uma forma romancista e lírica.

Há a guerra na obra de Durão; porém, ela não é o princípio enobrecedor. A civilização que os portugueses teriam de trazer carrega uma mensagem clara de paz: o fim da antropofagia e da barbárie.

Temos, portanto, uma narrativa que não é de conflito aberto, aparentemente tampouco de conquista; mas, sim, de aliança: uma aliança entre o que seria, de um lado, um povo bárbaro, que precisava ser apresentado ao caminho da retidão moral e, de outro, os portugueses, que estariam cumprindo a sua missão civilizatória e humanitária, tirando o novo mundo da ignorância, das trevas e eliminando os seus costumes “horrendos”.

Pelo fato de que todos devem obediência a Deus e desejam a paz, a conversão belicosa não é algo a ser celebrado, parece mais um mal necessário para se exercer o bem. Não se trataria, pois, de pilhagem, luta política ou conquista, mas de força legítima para a purificação das almas. A luta está escamoteada por essa espécie de narrativa que é a da soberania legítima: no final das contas, Paraguaçu aceita de bom grado os costumes e valores ocidentais. Não teria sido uma conquista; mas, sim, uma aceitação da dominação legítima.

O herói de Santa Rita Durão é, portanto, o português cristianizador que se apresenta na figura do Caramuru. Esta é a inversão feita por Magalhães – que é requerida pelo romantismo brasileiro do século XIX: o herói é o indígena, pois é puro, guerreiro e mártir; já o vilão é o português. Entretanto, como nota Castelo (1946, p. 33), o elemento indigenista estaria subordinado à expressão antilusista requerida pelo momento histórico: “O índio é elemento básico do antilusismo que domina o poema” (CASTELO, 1946, p. 33). E essas duas características não se resolvem quando o poeta faz, e como faz, o elogio ao Segundo Reinado.

2. Produzindo precursores

Ferninand Denis foi um francês que se tornou leitura obrigatória a respeito da literatura brasileira quando escreveu, em 1824, *Resumo da história literária do Brasil*. Este texto dava as bases do que viria a ser o romantismo brasileiro.

Para Denis, o Brasil não precisaria ser um eterno dependente da literatura e das artes do Velho Mundo. Há, segundo o autor, um “ambiente delicioso”, uma natureza que favorece a criação e o florescimento do gênio. Enfim, um meio que inspira. Logo, “[...] o Brasil experimenta já a necessidade de ir beber inspirações poéticas a uma fonte que verdadeiramente lhe pertença” (DENIS, 1978, p. 36).

O aspecto mais importante das obras românticas brasileiras deveria ser o indianismo. Além de imprimir o caráter nacional peculiar das artes brasileiras, a presença do indígena marca uma questão importante para a sociedade: a necessidade de miscigenação. No mesmo texto, Denis aponta o caráter híbrido do brasileiro: há o negro, o europeu e o indígena numa mistura de, respectivamente, arrebatamento, espírito guerreiro e um aspecto sonhador. Denis afirma que “aqueles traços característicos que distinguem as raças [...] modificar-se-ão um dia” (DENIS, 1978, p. 40). Essa ideia de Denis não hierarquizava as raças nos termos que apareceriam posteriormente com a eugenia, mas o que chama a atenção é a possibilidade de unificação de todos os traços modificados das raças, o que formaria “o brasileiro”. Segundo Candido (1980, p. 173), entendia-se que a nobreza indígena redimiria a mancha da mestiçagem.

No texto de Denis, ficam claras duas torções para o projeto nacional. A primeira e mais simples é a ideia de “índio patriota”. Denis afirmava que o indígena sentia a necessidade de exaltar a sua pátria.

Uma segunda questão que merece uma atenção especial diz respeito à *criação* do passado. Lilia Schwarcz (1998, p. 128) afirma que “a criação de uma determinada memória passa a ser uma questão quase estratégica”. De fato, Denis perscrutou no passado quais seriam os verdadeiros predecessores para que os românticos vindouros parecerem herdeiros de uma tradição respeitosa. Denis precisava encontrar quais autores falavam do Brasil, da sua natureza, do indígena e, também, do português no desbravamento e na sua relação com os nativos. Ferdinand Denis encontrou dois escritos: *O Uruguai*, de Basílio da Gama, e *O Caramuru*, do Frei José de Santa Rita Durão. Ambas as obras arcadistas, porém, que apresentavam um veio naturalista muito forte e os demais elementos demandados pela construção

romântica – fatores decisivos para que fossem nomeados como os grandes precursores do romantismo, os primeiros épicos nacionais de valor.

Contudo, não se tratava de autores, de fato, nacionais. Como já se mencionou, apesar de nascidos no território que viria a ser o Brasil, ambos viveram grande parte de suas vidas fora dele, ocupando-se de tentar entrar na política de Portugal. Denis escreve que *O Caramuru* é detentor de algum renome no Brasil (o poema seria totalmente desconhecido na Europa), o que é uma invenção do autor: no Brasil, eram poucos os que sabiam da sua existência. Além disso, Denis escreve que o poema foi escrito *no* Brasil, o que tampouco confere: na realidade, Durão estava em Roma quando da sua redação.

Contudo, esses dois textos apresentavam um problema fundamental: eram a legitimação do Brasil colônia. Entretanto, esse fato não é abordado por Ferdinand Denis no seu aspecto político; mas sim, de maneira metafórica: tratava-se do casamento do civilizado (Portugal) com o bárbaro (Brasil), e não o encontro de duas nações. A relação colocada entre Portugal e Brasil deveria ser entendida como o encontro de duas etnias que teriam formado um só império na América. Essa mistura³ aparece em *O Caramuru*, e é esse o aspecto que faz Denis colocá-lo em uma posição de destaque no nosso reverenciável passado histórico, apesar de ele não apontar para a emancipação política brasileira.

A mistura étnica seria de extrema importância, já que, da mesma forma que o indígena traria a coragem, a nobreza e o espírito sonhador para o europeu, o europeu teria o dever de civilizá-lo. Ao se referir aos indígenas, Denis fala de “povos ainda na infância” (DENIS, 1978, p. 47) de uma “cruel singularidade” (DENIS, 1978, p. 55), que têm “horrendas cerimônias” (DENIS, 1978, p. 50), como a antropofagia, e que vivem em “regiões incultas” (DENIS, 1978, p. 50). O papel do civilizado seria levar a fé cristã para os bárbaros antropófagos e poligâmicos.

Por fim, cabe ressaltar que a ausência de uma “literatura empenhada” em construir uma brasilidade específica nas letras por parte desses autores

3 Isso, em geral, é seguido pelos outros escritores românticos da mesma forma: um europeu e uma indígena (com a exceção de *O guarani*, em que o homem é o indígena e a mulher é europeia).

faz com que fiquem muito perturbados os marcos iniciais da formação da literatura brasileira apontados por Candido (1969); afinal, a importância que o autor dá ao *Caramuru* é enorme. Se, por um lado, Gomes Júnior (1998) demonstra acuradamente que a ideia de sistema e rotina literária, começando em 1750 no Brasil – como aponta Candido –, é arbitrária pelo desgosto que o autor tinha pelo barroco e o empenho dos jesuítas com o seu *Ratio Studiorum*; por outro, a ideia de empenho literário nacional também fica frágil se *O Caramuru* for o cume da sua origem. Ao cabo, Candido marcou o início da literatura brasileira em um momento próximo ao que Denis havia apontado, ainda que a sua justificativa vá por outros caminhos.

3. O massacre tamoio e *A Confederação dos Tamoios*

Conforme já mencionado, a partir do texto de Denis, a literatura e o império brasileiros decidiram que o Brasil seria indígena. Isso não quer dizer que não houve vozes racialmente direcionadas contra os povos originários: bom exemplo disso é Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), o visconde de Porto Alegre, que, em *História geral do Brasil* (volumes lançados entre 1854 e 1857), deplora a presença indígena no Brasil. Entretanto, tudo aquilo que contradissesse Varnhagen teria o apoio do Estado. A respeito de Varnhagen, Magalhães (1994, p. 22). escreveu:

Constitui-se o mais completo historiador da conquista do Brasil pelos Portugueses, e o panegirista da civilização, mesmo a ferro e fogo, pelo cativoiro dos povos brasílicos, com que não simpatiza, talvez por não conhecê-los.

Note-se que Magalhães faz o elogio do arquirrival para afirmar que ele teria feito, da maneira mais completa, a narrativa da *conquista*. E que isso significava cativoiro e violência. Contudo, Magalhães, ainda que aparentemente estivesse ao lado dos vencidos, fez com que eles cantassem a glória dos vencedores: é como se os inimigos dos tamoio fossem apenas os portugueses do século XVI, que nada teriam a ver com o império brasileiro do século XIX, como veremos a seguir.

A primeira edição de *A confederação dos tamoios* foi publicada em data bastante próxima à primeira edição de Varnhagen, em 1856. Ao contrário

do trabalho de Varnhagen, tratava-se da ode ao indianismo e foi diretamente financiada pelo imperador D. Pedro II, conforme já mencionado. *A confederação dos tamoios* foi a primeira publicação deliberadamente indianista, cujo autor sabia conscientemente da importância ideológica desse ideário para o Estado brasileiro.

O poema, de meados do século XIX, relatava os conflitos que parecem ter iniciado por volta de 1554/55 e terminado em 1567, e que ocorreram basicamente na Capitania de São Vicente: dentre os domínios, estavam as atuais cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Os franceses tinham forte presença na região, pois pretendiam estabelecer aí a *França Antártica*. Havia diversos povos indígenas nessas regiões e o contato com os portugueses era basicamente de escravização ou de tentativa de catequização. A rivalidade entre esses povos era pertinente aos portugueses. Os guaianá e carijó se aliaram em um primeiro momento aos colonizadores lusitanos. Já os tupi se aliaram aos franceses. A organização contra os portugueses começou com os tupinambá (uma das ramificações dos tupi), especialmente com a figura emblemática de Aimberê, que percorreu a região procurando apoio de outros povos como os goitacá, os aimoré e o povoado de Iperoig, que se localizava na atual região de Ubatuba. As localidades de conflitos mais importantes foram as atuais Gávea, Angra dos Reis, Bertioga e Ubatuba (QUINTILIANO, 1965).

A confederação dos indígenas aliados dos franceses e contra portugueses se formou sob o nome de *Confederação dos tamoios*. Ou seja, não houve nenhum povoado chamado “tamoio”. A palavra “tamoio” significava *o mais velho da terra, o que chegou primeiro, o dono*; logo, tratava-se, digamos, da “Confederação dos Donos da Terra” ou “Confederação dos Nativos”.

A primeira resolução da confederação foi destruir Piratininga (atual São Paulo). Em 1555, os franceses começaram a fazer escambo de armas de fogo com os indígenas. Munidos de mais do que arco e flecha, houve uma primeira vitória tamoia entre os anos de 1562-1563. Mas, em 1565, Estácio de Sá (1520-1567) fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e iniciou a ofensiva contra os tamoio, consumando o massacre em 1567 (QUINTILIANO, 1965) com o auxílio de Mem de Sá (1504-1572), seu tio.

Três séculos depois, em 1854, Magalhães resolveu cantar a glória dos indígenas como legitimação do Segundo Reinado; porém, curiosamente, tratava-se da glória do povo que havia sido massacrado e que residia exatamente na capital do império em direção ao sul: a região mais importante do Brasil daquele momento em diante.

4. Magalhães e os indígenas entusiastas do Segundo Reinado

O livro é um poema dividido em dez cantos que variam entre versos livres eneassílabos, decassílabos e hendecassílabos. A preocupação com a tradição aqui se mostra: Ferdinand Denis havia apontado dois poemas arcadistas como precursores da grande literatura brasileira e Magalhães tentava segui-los. Mais do que isso, a preocupação de não empregar exclusivamente o hendecassílabo é por razões bastante claras:

O poema épico, encerrando em si todos os gêneros de poesia, e sendo a composição mais longa e difícil do espírito humano, exaltado pela inspiração, devera talvez, adotar todas as formas poéticas, para melhor exprimir a parte heroica, a lírica, a trágica, a didática, a descritiva e a dialógica; mas prevalecendo em quase todas as Nações de origem latina o emprego exclusivo do hendecassílabo na epopeia, como o mais enérgico, e o mais suscetível de variar de cadência, sem ser preciso alterar a simplicidade de forma, para que submetê-lo ao compasso uniforme de períodos iguais, e ligá-lo com essa bárbara toada das últimas sílabas consoantes? (MAGALHÃES, 1994, p. 30).

Ou seja, havia o cuidado com a potência e exaltação; para isso, Magalhães imaginava que a rima e uma métrica igual em todo o poema atrapalhariam.

Interpretações heterodoxas da realidade social não deixam de ser comuns nas artes; mas, neste caso, trata-se de uma torção que chega à inversão: a ideia de “índio patriota”. Afinal, como Denis afirmava, o indígena sentiria a necessidade de exaltar a sua pátria – que não é a sua comunidade indígena; mas, sim, o Brasil. Temos uma imagem rousseuniana do bom selvagem, que só é levado à guerra devido a uma pretensa virtude cívica. “Nenhum instinto mau à guerra os chama; / Dever, que a pátria impõe, os arma e liga” (MAGALHÃES, 1994, p. 49).

Não se trata de instinto mau, pois é a pátria que exige que se armem. O poema de Magalhães, ao contrário do de Santa Rita Durão, exalta as virtudes dos povos indígenas confederados nos tamoio para lutar contra os portugueses. O momento da redação do poema foi o da exacerbação do antilusitanismo, ou seja, a eleição do inimigo dos tamoio parece ser também conveniente para a literatura daquele momento político.

Magalhães faz a equação entre indianismo e patriotismo civilizado quando narra Jagoanharo prevendo, em pelo século XVI, a história da independência do país e o Segundo Reinado.

Ei-lo [Pedro I], egrégio mancebo de alto porte,
A quem glória imortal o céu destina,
Dos filhos do Brasil já ladeado,
E desse sábio Andrada, que se ufana
Co'os ilustres irmãos de ter nas veias
Sangue de Tibiriçá e dos Tamoios.

Vê o herói lá nas margens do Ipiranga!
Escuta sua voz: ei-lo que branda:
– Independência ou Morte. – Exulta, oh Índio!
Exulta, que esse brado foi ouvido
Desde o vasto Uruguai té o Oiapoque,
E os povos, que o escutam jubilosos,
Bradam com Pedro: Independência ou Morte! (MAGALHÃES, 1994, p. 125).

Nota-se, no excerto anterior, a narrativa de fundação ou, ainda, o mito de origem para a monarquia brasileira: nas veias dos descendentes da Casa de Bragança correria, em realidade, o sangue de Tibiriça e dos tamoios, não dos portugueses. A moralidade indígena conferia legitimidade moral ao império brasileiro. É feito um desligamento entre os portugueses inimigos do século XVI e a família que governava: ela não descenderia dos viciosos portugueses; mas, sim... dos tamoio.

Depois, os elogios a D. Pedro II:

Vê o neto de Reis, de Pedro o Filho,
Desse prudente Lima acompanhado

No seu paço, sem guardas que o defendam.
 Mas como o povo o ama! como o guarda
 Com paternal cuidado e puro zelo,
 Sem que de imposto mando leve sombra
 Da espontânea afeição lhe ofusque o brilho! (MAGALHÃES, 1994, p. 128).

A literatura deveria autorizar à monarquia a sua existência na corte brasileira. Tratava-se da legitimação da elite letrada da família que viria a conduzir o Segundo Reinado: mesmo com a crítica de José de Alencar ao poema, Gonçalves de Magalhães teve um importante papel político, como aquele que impulsionou a literatura nacional oficial, sob a proteção do monarca, e que metodizou as crônicas e as documentações coloniais esparsas para produzir uma narrativa (PUTONI, 1996, p. 123-130) que pretendia organizar o passado da nação. E o passado mitológico era indígena. De resto, tudo os ligava à Europa.

E assim como no poema de Santa Rita Durão, a conversão ao cristianismo parece depender apenas da apresentação do que seria a verdadeira fé. Ao final do sonho premonitório, Jagoanharo exclama: “Dai-me a cruz! A seus pés quero prostar-me!” (MAGALHÃES, 1994, p. 131) e, entre o sono e a vigília, ajoelha-se diante de um crucifixo. Tibiriça e Jagoanharo se encaminham para onde estava Anchieta para a conversão dos demais gentios. Implicitamente, Jagoanharo já estava convertido e a sua valentia era em nome da fé cristã, pois lutaria contra as “perversões” dos portugueses. Depois de entender o quão ingratos são os de pele branca por terem crucificado seu próprio Deus, o nativo prometeu: “Eu chamo o vosso Deus para punir-vos, / E contra vós lhe ofereço os nossos braços” (MAGALHÃES, 1994, p. 135).

O primeiro combate contra os “viciosos” portugueses é iniciado por franceses: “Para maior terror dos sitiados / Ao ataque os Franceses dão começo” (MAGALHÃES, 1994, p. 164). Há uma escolha explícita sobre quem seria o inimigo e quem seriam os aliados dos “brasileiros”, de sua civilização e das suas letras. Os portugueses são apresentados como violentos e aventureiros, enquanto a França aparece como aliada dos indígenas, que são a expressão da moralidade da história nacional (PUTONI, 1996, p. 125).

Após a independência de um país, a nova nação costuma se voltar contra os seus colonizadores. Esta foi uma das saídas do poema: a união de indígenas e franceses, “as luzes” europeias contra “o inimigo” tático do império teriam feito desse episódio da história o melhor a ser narrado (em princípio). Se o império pretendia se afastar de Portugal, ele se aproximava da França. Magalhães (1994, p. 75-76), então, aproveita o contato dos tamoio com os franceses: “Bem! Exclama o Francês, dás-me esperança. / Bem! Meu braço unirei aos vossos braços, / E pela mesma causa lutaremos”.

A causa dos franceses e dos tamoio era o combate contra os portugueses; contudo, poderia também ser a busca da civilização? Claramente, sim. Afinal, em obra ficcional, pode-se sugerir o que o autor deseja, mesmo as desconcertantes previsões de Jagoanharo já descritas. Dessa forma, a ira dos tamoio se justifica, no poema, como uma revolta contra as perversões dos portugueses e é legitimada com a presença dos franceses, a personificação da civilização.

Estilisticamente, as críticas mais fulminantes chegam logo quando da publicação do poema, por parte de José de Alencar. Alencar ataca o poema de todas as formas e, inclusive, pela sua forma: afirma que Magalhães não ter se decidido por uma métrica única não ajuda em nada, fazendo com que o poema pareça um amontoado de palavras. Diz que há semelhanças no poema com passagens de *O Uruguai*, de Basílio da Gama, e *O Caramuru*, do frei José de Santa Rita Durão, que beiram a cópia. Contudo, para Alencar, Basílio e Durão foram muito mais bem-sucedidos (ALENCAR, 1856).

Entretanto, a mais importante das críticas de Alencar é que a “pintura” dos indígenas não tem a menor beleza: não se fala da tradição desses povos, o que, por si só, já daria um grande épico. Não se faz a menor alusão à religião indígena com algum prestígio. E o pior: a heroína, Iguazu, não tem nada de especial. A descrição feita por Gonçalves de Magalhães é totalmente fria, segundo Alencar. Curioso é que, ao defender o gênero épico, Alencar cita Shakespeare, Milton, Byron e comenta a respeito de Magalhães: “[...] se algum dia fosse poeta, e quisesse cantar a minha terra e as suas belezas, se quisesse compor um poema nacional, pediria a Deus que me fizesse esquecer por um momento as minhas ideias de homem

civilizado” (ALENCAR, 1856, p. 6). Segundo Alencar, Magalhães havia visto na Itália os modelos da arte e não era capaz de ver beleza na mulher selvagem e inculta.

Por fim, uma narrativa ficcional épica pode se libertar em alguma medida do mundo real, portanto, é *ficcional*. Contudo, alguma verossimilhança se faz necessária⁴ até para poder explicar as fundações políticas. Desvincular a família real dos portugueses para que, ainda que ficcionalmente, sejam descendentes morais ou de fato dos tamoio é um artifício demasiadamente arbitrário. Afinal, ainda que, no início do século XVI, fosse citada outra linhagem da nobreza portuguesa que estava no poder, esse dado não é tratado no poema: são todos aglutinados como “portugueses”.

Ainda que não tenha querido, Magalhães expõe a conquista portuguesa. E é uma conquista viciosa e covarde, segundo a sua própria descrição:

Nós, inocentes, de prodígio absortos,
O mal futuro não prevenido incautos,
Nossas plumas lhes demos, nossos frutos,
Nossas redes, e até arcos e flechas.
Como pagaram eles tais favores?
Bem depressa senhores se fizeram;
Em nossos bosques foram-se estendendo,
Sempre de fogo contra nós armados,
Tabas inteiras reduzindo a cinzas,
Para prear seus íncolas inermes. (MAGALHÃES, 1994, p. 56).

E é a mesma conquista que deu o poder ao soberano que ele elogiava pela boca de Jagoanharo. O erro estratégico, portanto, foi ter decidido narrar o episódio em que o povoado europeu que chega a D. Pedro II dizima as suas protagonistas heroicas sem resolver a questão de que a linhagem que leva ao homenageado da obra é a mesma dos responsáveis pela

4 A relação entre licença poética e verossimilhança com a realidade é um tema recorrente na análise literária de Antonio Candido e Roberto Schwarz. Por exemplo, ao interpretar a obra de Joaquim Manuel de Macedo, Schwarz (2000) afirma que: “irá pecar por falta de verossimilhança” (p. 40) e, também, que a exposição que faz de Machado de Assis está “voltada sobretudo para as relações de verossimilhança entre a forma literária e o processo social” (p. 198).

dizimação. Assim, deixa transparecer algo contraproducente à soberania: a narrativa da *conquista*.

Para entender esse ponto, faz-se necessária uma digressão. Segundo Foucault (1999), o interesse de Hobbes ao escrever *O Leviatã* é acabar com o ressentimento do domínio do território saxão por parte dos normandos: estava viva a memória histórica de revoltas que expunham a dominação ilegítima e a conquista. Hobbes estaria preocupado em estabelecer o direito de soberania contra essa história de luta e conflito: “[...] tudo se passa como se Hobbes, longe de ser o teórico das relações entre guerra e o poder político, tivesse desejado eliminar a guerra como realidade histórica, como se ele tivesse desejado eliminar a gênese da soberania” (FOUCAULT, 1999, p. 111). A história da soberania seria, portanto, uma narrativa que não comporta a *conquista*, pois se trata de um *contrato*. Dessa forma, em *A confederação dos tamoios*, primeira obra deliberadamente política que enaltecia os indígenas, poder-se-ia dizer que, de forma desastrada, Magalhães tentou colocar a legitimidade da soberania na boca dos povos dominados e dizimados e, pior, precisamente no momento em que eles estavam em luta contra esse grupo que os exterminaria, para estabelecerem-se no exato território que os dizimados ocupavam.

Provavelmente só foi possível que existisse esse tipo de romance, o indianista (que exaltava uma população que estava longe dos quadros de mando do Brasil), graças ao fato de que a chamada “pacificação” dos territórios-chave do Brasil tenha ocorrido logo quando da chegada dos portugueses. O império brasileiro não se deparou mais com regiões tão fundamentais a serem conquistadas no século XIX. Logo, o conflito com os indígenas não era mais um problema de Estado no nível que continuava sendo, por exemplo, na Argentina e no Chile. A “conquista”, ou seja, a dominação e o extermínio, era um passado distante; assim, o indianismo pôde não soar tão absurdo em terras brasileiras: o extermínio não ocorreu ao mesmo tempo em que Magalhães escrevia. Aliás, ainda hoje se pensa que a colonização brasileira tenha sido mais branda do que a colonização espanhola. É provável que isso se deva a como a história da soberania brasileira foi construída desde o século XIX.

5. Considerações finais

A literatura nacionalista do século XIX das Américas utilizou alguns temas para singularizar o povo e o território sob o comando de determinada minoria organizada que monopolizou o controle da força. No Brasil, devido ao fato de que já haviam ocorrido, ainda nos anos 1500, a degradação e o extermínio dos indígenas mais aguerridos das regiões costeiras mais importantes política e economicamente, o tema indianista pôde ser trazido à tona pelas elites literárias brasileiras sem tanto embaraço. Não havia, no século XIX, marchas de extermínios populacionais e domínios territoriais como havia, por exemplo, na Argentina e no Chile.

Assim que o Brasil se tornou independente de Portugal, Ferdinand Denis e Almeida Garrett escreveram textos que seriam espécies de manifestos-guia de como deveria ser a literatura nacional brasileira: indianista, que tratasse da paisagem natural e que fosse antilusitana. Ambos também encontram dois precursores que já haviam abordado o tema do indianismo e da paisagem natural: José Basílio da Gama e José de Santa Rita Durão.

Os dois escritores, contudo, tinham escrito poemas épicos como ode ao domínio português na América. O primeiro na sua versão laica, o segundo na sua versão religiosa. Ao Segundo Reinado, convinha a sua versão religiosa.

Gonçalves de Magalhães obteve apoio régio para a redação do seu poema *A confederação dos tamoios*, publicado em meados do século XX. Contava a batalha dos indígenas confederados contra os portugueses em meados do século XVI e sofreu críticas por parte de José de Alencar pelo fato de que não apresentava pouco sobre a cultura, as tradições e a religiosidade dos povos nativos. Ao contrário, são representados como europeus que apenas não haviam ainda sido apresentados aos conteúdos da cultura europeia. Ao inverter toda a crítica que Santa Rita Durão fazia aos costumes indígenas, Gonçalves de Magalhães cria a ideia de “índio patriota”, um ator social que é uma contradição em si.

Além disso, ao usar exatamente esse evento histórico, Gonçalves de Magalhães incorria em um erro político-literário maior: expor a *conquista*. A narrativa da soberania, ao contrário, pretende narrar uma ideia de

contrato. Ainda que literariamente Magalhães queira fazer correr no sangue da família real portuguesa o sangue de Tibiriçá, a linhagem D. Pedro II é a do conquistador. Assim, Magalhães fez gritar, da boca do exterminado, a soberania teoricamente legítima daquele que o exterminava.

Referências

- ALENCAR, J. **Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos por Ig. (publicadas no diário)**. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Nacional do Diario, 1856.
- AMARANTE, E.; PAULA, E.; PAULA, L. **Confederação dos Tamoios**: a união que nasceu do sofrimento. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BOSI, A. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.
- CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira**. São Paulo: Martins, 1969.
- CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- CASTELO, J. **Gonçalves de Magalhães**. São Paulo: Editora Assunção, 1946.
- CIDADE, H. **Caramuru, poema épico do descobrimento da Bahia**. Rio de Janeiro: Agir, 1961.
- DENIS, F. Resumo da história literária do Brasil. In: CÉSAR, G. (org.). **Historiadores e críticos do romantismo**. São Paulo: Edusp, 1978. p. 22-50.
- DURÃO, J. **Caramuru**: poema épico do descobrimento da Bahia. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- FAORO, R. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GOMES JÚNIOR, G. **Palavra peregrina**: o barroco e o pensamento sobre artes e letras no Brasil. São Paulo: Edusp/Fapescc/Educ, 1998.
- HOLANDA, S. **Capítulos de literatura colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MAGALHÃES, D. **Confederação dos Tamoios**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura, 1994.
- MANTOVANI, R. Caramuru: uma ferramenta de nacionalismo. **Letra Magna**, v. 4, n. 1, p. 1-20, 2008.
- MANTOVANI, R. **Elites e formação nacional**: as gerações de 1830 do Brasil e da Argentina. 2009. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

PUTONI, P. A confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do império. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 45, p. 119-130, 1996.

QUINTILIANO, A. **A guerra dos Tamoios**. Rio de Janeiro: Reper, 1965.

RICUPERO, B. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHWARCZ, L. **As barbas do imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

Recebido em 19/10/2021
Aceito em 27/04/2023
Versão final em 26/05/2023

Contradictions of Brazilian romanticism: Santa Rita Durão, Gonçalves de Magalhães and the problem of conquest

Abstract

This essay intends to examine the contradictory relation among some Brazilian romantic works. After the Brazilian independence, Ferdinand Denis and Almeida Garrett arrogate the task of determine the characteristics of what an effective national romantic literature should be. Indianism and the validation of nature were indispensable elements which they both found in *O Uraguai*, by José Basílio da Gama, and *Caramuru*, by José de Santa Rita Durão, works published in the 18th century. In 1854, Gonçalves de Magalhães decided to write the effective epic Brazilian work to pay homage to Second Reign. However, in choosing the historical event about which the glory of Indians and the anti-Portugal feelings could be expressed, he exposed the question of the conquest, which goes against the narrative of sovereignty, and made the exterminated yelled the legitimacy of their exterminator.

Keywords: Indianism. Conquest. Sovereignty. Tamoios' Confederation. Caramuru.